



Justiça de Perdição

Maria José Morgado

HÁ LODO NOS TRIBUNAIS

Aturdido pela virulência dos tempos, o Conselho de Ministros aprovou uma fantástica Resolução, publicada no dia 4 de março de 2011. A mais ditosa das confissões sobre o indifarável estado de ruína em que se encontram o aparelho judiciário e a sua gente.

Desdobra-se ela num desesperado feixe de medidas sob a pomposa designação de “Eficácia Operacional da Justiça no atual contexto económico e financeiro”. Medidas disparadas em todas as direções: ou seja, um completo mostruário de tudo o que está por fazer há mais de 20 anos.

Omissão de 20 anos que criou lodo nos tribunais porque a política de organização e do funcionamento da máquina judiciária nunca teve como objetivo a resolução dos problemas das pessoas, mas servir complexas engenharias burocráticas inspiradas em interesses opacos.

A falta de rigor financeiro e a má gestão dos dinheiros públicos foram transformando a própria justiça num objeto de negócios obscuros, traficâncias várias e mais desperdício.

As reformas criminais laxistas dos últimos dez anos, produto de patos-bravos legislativos, corroeram a autoridade do Estado e a força da lei.

O lodo do simulacro de informatização em vez de uma rede informática judiciária nacional, com desperdício de energias organiza-

tivas e irracionalidade despesista.

O lodo do efeito de descrença na verdade dos tribunais como resultado da irrisória escassez de recursos humanos e tecnológicos. O desfasamento das leis, dos métodos e dos resultados do fim de realização da justiça a colocar-nos a etiqueta de improdutividade e incompetência, baldados os esforços daqueles que querem acreditar no contrário.

O lodo de uma máquina de funcionamento medieval em prejuízo dos mais elementares direitos fundamentais na paradoxal angústia funcional daqueles que cumprem a sua missão.

O lodo do cinzentismo instalado e da quase proibição do mérito e da ambição profissional.

Quando tudo isto acontece num cenário de falta de meios com desperdício, com desorganização e crise da credibilidade da justiça, o que dizer?

As reformas criminais laxistas dos últimos dez anos, produto de patos-bravos legislativos, corroeram a autoridade do Estado e a força da lei

Quatro ideias-chave simples desprovidas de proclamações saioias:

— Recrutamento de licenciados com médias de curso a partir dos 14 valores. A justiça teria os melhores, como é lógico.

— Remuneração diferenciada de acordo com os níveis de responsabilidade e de risco, ou de quantidade.

— Execução da famigerada informatização dos tribunais e das polícias, informatização a sério e não no papel ou em discursos oficiais.

— A publicação de todos os contratos, ajustes diretos, custos com as estruturas e o funcionamento na administração da justiça.

A tragédia é o trabalho e esforço dos magistrados perderem-se nesta máquina irracional.

Resta-nos a opção de trabalhar mais e melhor. Lutar por aumentar a confiança no sistema judicial. O que não é problema para os verdadeiros magistrados.

Há dias, ao entrar na estação de metro do Rossio, fui abordada por um sem-abrigo que aos berros me interpelou com indignação: “Então, procuradora, essa coisa da justiça quando é que anda para frente?”. A resposta, que na altura não dei, é esta: quando começarmos a limpar o lodo das políticas para a justiça e do funcionamento atual da justiça.

Procuradora-geral adjunta